

ÍNDICE

| | |
|--|-----|
| NOTA PRÉVIA | 5 |
| CAPÍTULO I – OS GRUPOS DE SOCIEDADES EM GERAL | |
| 1. Direito dos grupos de sociedades | 7 |
| 1.1. Objeto e importância | 7 |
| 1.2. Fontes do direito português dos grupos | 14 |
| 2. Conceitos gerais | 14 |
| 2.1. Conceito de grupo de sociedades: grupos <i>lato sensu</i> e grupos <i>stricto sensu</i> | 14 |
| 2.2. Grupos de subordinação/verticais e grupos paritários/horizontais. Controlo horizontal/conjunto no grupo vertical | 17 |
| 2.3. Grupos multinível | 19 |
| 2.4. Grupos de direito e grupos de facto: do “controlo” à direção unitária | 25 |
| 2.5. Controlo institucional/interno e controlo económico/externo | 28 |
| 2.6. Conceitos relacionados | 32 |
| 2.6.1. <i>Holding</i> | 32 |
| 2.6.2. Sociedade Gestora de Participações Sociais (SGPS) | 33 |
| 2.6.3. <i>Joint venture</i> | 33 |
| 2.6.4. ACE, AEIE, associação em participação e consórcio | 35 |
| 2.6.5. Fusão | 37 |
| 3. Coligações societárias no Código das Sociedades Comerciais | 38 |
| 3.1. Modalidades e traços básicos da regulação | 38 |
| 3.1.1. Relação de simples participação | 38 |
| 3.1.2. Relação de participações recíprocas | 39 |
| 3.1.3. Relação de domínio | 41 |
| 3.1.4. Relação de grupo | 46 |
| 3.1.4.1. Aspetos gerais e limites do grupo | 46 |
| | 433 |

| | |
|---|----|
| 3.1.4.2. Contrato de subordinação | 47 |
| 4. Domínio total | 49 |
| 5. Contrato de grupo paritário | 53 |
| 5.1. Regras de imputação de participações | 55 |
| 5.2. O âmbito de aplicação do regime das sociedades coligadas no Código das Sociedades Comerciais | 58 |
| 5.2.1. Âmbito pessoal | 58 |
| 5.2.2. Âmbito espacial | 58 |
| 6. Coligações societárias em legislações conexas | 62 |
| 7. Visão crítica geral do sistema português de sociedades coligadas | 67 |
| 8. Por um critério unitário de solução/gestão do conflito do grupo | 70 |

CAPÍTULO II – FORMAÇÃO DO GRUPO E AQUISIÇÃO DO CONTROLO

| | |
|---|-----|
| 1. A tutela preventiva na fase da formação do grupo: o regime legal e as lacunas da lei | 77 |
| 2. A celebração de contrato de subordinação | 80 |
| 2.1. <i>Iter</i> de celebração | 80 |
| 2.2. Os direitos dos sócios livres | 81 |
| 2.2.1. Direito à garantia de lucros | 83 |
| 2.2.2. Direito à alienação potestativa das participações | 84 |
| 3. A celebração de contrato de grupo paritário | 87 |
| 4. Constituição de sociedade totalmente dominada (art. 488.º) e aquisição do domínio total (art. 489.º) | 88 |
| 5. A aquisição tendente ao domínio total (arts. 490.º do CSC e 187.º do CVM) | 94 |
| 5.1. Fisionomia geral do instituto e constitucionalidade | 94 |
| 5.2. Direito de aquisição potestativa | 97 |
| 5.3. Direito de alienação potestativa | 101 |
| 6. Proteção perante os perigos do controlo nas sociedades abertas: OPA obrigatória | 105 |
| 6.1. <i>Ratio</i> e pressupostos | 105 |
| 6.2. Situações cobertas: amplitude da tutela conferida pelo regime português da OPA obrigatória | 108 |
| 6.3. Aquisição <i>downstream</i> | 112 |
| 6.4. Aquisição <i>upstream</i> , aquisição em cadeia e “OPA em cascata” | 113 |
| 6.5. Aquisição <i>concertada</i> do controlo (<i>concert party</i> ; <i>acting in concert</i>) | 116 |

| | |
|---|-----|
| 6.6. As mudanças no controlo relevantes | 120 |
| 6.6.1. Aspetos gerais | 120 |
| 6.6.2. Simultânea mudança subjetiva e objetiva do controlo | 120 |
| 6.6.3. Simples mudança subjetiva: alteração da titularidade sem necessária mudança objetiva da posição de controlo | 121 |
| 6.6.4. Modificação objetiva sem modificação subjetiva? | 123 |
| 6.7. A circulação do controlo nos grupos de sociedades em especial: relevância do <i>princípio da absoluta neutralidade</i> da deslocação intragrupo do controlo? | 124 |
| 6.8. Introdução de nova sociedade <i>holding</i> e mudança do controlo | 132 |
| 6.8.1. Mudança da titularidade direta, com manutenção do titular indireto: desconsideração da titularidade direta dos votos pela <i>holding</i> ? | 132 |
| 6.8.2. As fronteiras da “absoluta neutralidade” da modificação | 135 |
| 6.8.3. A criação de <i>holding</i> e a implementação de uma estrutura piramidal | 136 |
| 6.9. Consequência do incumprimento do dever de lançar a OPA | 137 |
| 7. Proteção preventiva nos grupos de facto | 140 |
| 7.1. Mecanismos de proteção em caso de formação de um grupo não regulado | 140 |
| 7.2. Limites à transmissão de participações sociais | 141 |
| 7.3. Liberdade da sociedade-filha para deliberar a criação de situação de dependência? | 146 |
| 7.4. Intervenção dos sócios no processo integrativo: exigência de deliberação da assembleia geral | 148 |
| 7.5. Deveres de informação | 154 |
| 7.6. Direito de exoneração dos sócios minoritários | 155 |

CAPÍTULO III – PODER DE DIREÇÃO E RELAÇÕES INTRAGRUPU

| | |
|---|-----|
| 1. Poder de direção | 161 |
| 1.1. Poder de emissão de instruções desvantajosas nos grupos de direito (art. 503.º) | 161 |
| 1.2. O problema das instruções desvantajosas nos grupos de facto | 166 |
| 1.3. Dever de direção do grupo e dever de emissão de instruções | 167 |
| 2. Relações intragrupo | 173 |
| 2.1. Relações patrimoniais e financeiras | 173 |
| 2.1.1. Transferências intragrupo | 173 |
| 2.1.2. Empréstimos intragrupo. <i>Cash management</i> e <i>cash pooling</i> | 173 |

| | |
|---|-----|
| 2.1.3. Garantias intragrupo | 186 |
| 2.1.4. Transações intragrupo e preços de transferência | 190 |
| 2.2. Distribuição de oportunidades de negócio e concorrência intragrupo | 192 |
| 2.3. Deveres de informação e fluxos informativos intragrupo | 198 |

CAPÍTULO IV – A RESPONSABILIDADE NOS GRUPOS DE DIREITO (ARTIGOS 501.º E 502.º)

| | |
|--|-----|
| 1. Responsabilidade da sociedade-mãe por dívidas da sociedade-filha: art. 501.º | 205 |
| 1.1. Regime geral e <i>ratio</i> do art. 501.º | 205 |
| 1.2. Conteúdo, âmbito e regime da responsabilidade | 208 |
| 1.2.1. Responsabilidade <i>ipso jure</i> pela totalidade do passivo | 208 |
| 1.2.2. Responsabilidade direta e ilimitada | 209 |
| 1.2.3. Responsabilidade acessória e não solidária | 209 |
| 1.3. Constituição, exigibilidade e cessação | 211 |
| 1.4. Natureza da responsabilidade | 214 |
| 1.5. Âmbito de aplicação | 215 |
| 1.5.1. Aspectos gerais | 215 |
| 1.5.2. Aplicabilidade à sociedade totalmente dominante: exigência de deliberação | 216 |
| 1.5.3. Aquisição passiva ou involuntária e a aquisição no <i>iter</i> de processo de reestruturação | 219 |
| 1.5.4. Aplicabilidade às SGPS | 222 |
| 1.6. Direito de regresso sobre a sociedade totalmente dominada | 229 |
| 2. Responsabilidade da sociedade-mãe por perdas da sociedade-filha: art. 502.º | 230 |
| 2.1. Aspectos gerais e finalidades | 230 |
| 2.2. Caracterização da responsabilidade | 234 |
| 2.3. (In)aplicabilidade do art. 502.º na falta de sócios minoritários? | 237 |
| 2.4. Exigibilidade da compensação | 240 |
| 2.5. Legitimidade para o exercício do direito | 241 |
| 2.5.1. A legitimidade do administrador da insolvência para propor a ação decorrente do art. 502.º | 241 |
| 2.5.2. A legitimidade do administrador da insolvência para requerer a insolvência da sociedade devedora | 242 |
| 3. A falta de aprovação das contas pela assembleia geral da sociedade dominante | 243 |

CAPÍTULO V – RESPONSABILIDADE NOS GRUPOS DE FACTO

| | |
|--|-----|
| 1. Poder de direção da sociedade dominante nos grupos de facto? As instruções desvantajosas e as “vantagens compensatórias” | 247 |
| 2. Responsabilidade perante a sociedade-filha e os seus sócios pela emissão de instruções desvantajosas não compensadas: pressupostos | 255 |
| 2.1. Ilicitude: instrução desvantajosa não compensada | 255 |
| 2.2. Culpa | 257 |
| 2.3. Dano | 257 |
| 2.4. Nexo causalidade | 259 |
| 3. Prova: regras gerais, facilitações de prova e inversão do ónus da prova | 260 |
| 4. Natureza da responsabilidade | 271 |
| 5. Responsabilidade perante os credores da sociedade-filha | 272 |
| 5.1. Quadro geral | 272 |
| 5.2. Aplicação do artigo 501.º por analogia ou identidade de razão? Rejeição | 272 |
| 5.3. Recurso ao levantamento da personalidade | 274 |
| 5.4. Responsabilidade pela confiança? | 279 |
| 5.5. Responsabilidade ao abrigo do artigo 83.º/4, do CSC | 285 |
| 5.6. Responsabilidade da sociedade-mãe como “administradora de facto” da sociedade-filha | 287 |
| 5.7. Solução proposta: responsabilidade por violação de deveres de lealdade | 293 |

CAPÍTULO VI – RESPONSABILIDADE DOS ADMINISTRADORES
(ARTIGO 504.º)

| | |
|---|-----|
| 1. Aspetos gerais | 299 |
| 2. A responsabilidade dos administradores da sociedade diretora | 301 |
| 2.1. Sentido e função do art. 504.º/1: critério de ilicitude ou culpa? | 301 |
| 2.2. A adaptação dos deveres fundamentais dos administradores em face das sociedades em relação de grupo | 305 |
| 2.2.1. A configuração estrutural do grupo e a diligência exigível | 305 |
| 2.2.2. Dever de prossecução do “interesse do grupo”? | 307 |
| 2.3. Deveres dos administradores da sociedade diretora: concretização | 310 |
| 2.3.1. Quadro geral | 310 |
| 2.3.2. Os deveres principais de administrar e de representar o grupo | 312 |
| 2.3.2.1. A obrigação de integração do grupo (<i>Pflicht zur Konzernintegration</i>); dever/poder de representação das sociedades subordinadas? | 312 |
| 2.3.2.2. O exercício da direção do grupo: instruções vinculativas; outros meios para a direção unitária do grupo? Remissão | 315 |

| | |
|---|-----|
| 2.3.2.3. Obrigação de direção do grupo ou de emissão de instruções. Remissão | 315 |
| 2.3.2.4. A faculdade de delegação. Responsabilidade no caso de delegação: <i>culpa in eligendo</i> e <i>culpa in vigilando</i> | 316 |
| 2.4. A incidência da integração no grupo sobre os deveres secundários fundamentais dos administradores da sociedade diretora | 319 |
| 2.4.1. Os deveres de cuidado (<i>duties of care</i>) | 319 |
| 2.4.2. Os deveres de lealdade (<i>Treupflichten</i>) | 322 |
| 2.4.2.1. A proibição de apropriação de oportunidades de negócio e a proibição de concorrência nos grupos | 324 |
| 2.4.2.2. O dever de informação. Remissão | 330 |
| 2.5. Incumprimento e responsabilidade | 331 |
| 2.5.1. Natureza jurídica da responsabilidade dos administradores da sociedade diretora | 331 |
| 2.5.2. Pressupostos da responsabilidade civil dos administradores da sociedade diretora: enunciado geral e especificidades; o ónus da prova | 334 |
| 2.5.3. A ilicitude e a <i>business judgement rule</i> ; a culpa das a cargo da sociedade-mãe | 334 |
| 2.5.4. O dano e a relação com a obrigação de compensação das perdas a cargo da sociedade-mãe | 337 |
| 2.5.5. O nexo de causalidade: inversão do ónus da prova? | 338 |
| 2.6. Aspectos processuais: em especial, a legitimidade ativa | 340 |
| 2.6.1. Responsabilidade perante a sociedade subordinada: a ação social <i>ut universii</i> e a ação social <i>ut singuli</i> (a regra especial do art. 504.º/2, 2.ª parte); a inexistência de previsão expressa para a ação sub-rogatória dos credores | 340 |
| 2.6.2. Responsabilidade perante a sociedade diretora | 343 |
| 3. Responsabilidade dos administradores da sociedade subordinada | 344 |
| 3.1. Generalidades | 344 |
| 3.2. Dever de cumprimento das instruções lícitas. Exclusão da responsabilidade | 345 |
| 3.3. Dever de não cumprimento das instruções ilícitas? | 345 |
| 3.4. “Delegação” do dever de cumprimento das instruções: admissibilidade | 347 |
| 3.5. Dever de atuação no “interesse do grupo” na ausência de instruções? Remissão | 349 |

| | |
|---|-----|
| 3.6. Outros deveres dos administradores da sociedade subordinada: o dever de lealdade e o dever de informação | 349 |
| 3.7. Incumprimento e responsabilidade | 353 |
| 3.7.1. Incumprimento de instruções lícitas: responsabilidade dos administradores perante a sociedade diretora? | 354 |
| 3.7.2. Cumprimento de instruções ilícitas: responsabilidade perante a sociedade diretora? O concurso com a responsabilidade dos administradores da sociedade diretora | 354 |

CAPÍTULO VII – RELAÇÕES HORIZONTAIS (ENTRE SOCIEDADES-IRMÃS) E RESPONSABILIDADE

| | |
|--|-----|
| 1. As relações horizontais intragrupo: enquadramento | 357 |
| 2. Responsabilidade horizontal interna | 358 |
| 2.1. No grupo paritário | 359 |
| 2.2. No grupo vertical | 366 |
| 3. Responsabilidade horizontal externa | 371 |
| 3.1. No grupo paritário | 372 |
| 3.2. No grupo vertical | 373 |
| 3.3. Levantamento da personalidade horizontal | 374 |

CAPÍTULO VIII – INSOLVÊNCIA E GRUPOS DE SOCIEDADES

| | |
|---|-----|
| 1. Enquadramento | 377 |
| 2. Consolidação processual ou apensação de processos | 379 |
| 3. Os grupos multinacionais e a “coordenação” entre processos de insolvência | 382 |
| 4. Os casos excecionais de admissibilidade da consolidação substantiva ou liquidação conjunta | 386 |
| 4.1. Finalidade e experiências estrangeiras | 386 |
| 4.2. A insolvência simultânea das sociedades totalmente dominante e totalmente dominada | 390 |
| 4.3. A consolidação nos casos de levantamento da personalidade | 396 |
| 4.4. As resistências da jurisprudência | 398 |
| 5. Insolvência e subordinação de créditos | 401 |

| | |
|--------------|-----|
| BIBLIOGRAFIA | 413 |
|--------------|-----|

